

Subvenções e assistências governamentais (SAG) nas práticas de *tax avoidance*: uma revisão sistemática da literatura

Government Subsidies and Assistance (GSA) in Tax Avoidance Practices: A Systematic Literature Review

 Carlos Eduardo Gonçalves De Oliveira¹

 Lúcio de Souza Machado²



Resumo

Este estudo analisou publicações acadêmicas que investigam a relação entre o uso de subvenções e assistências governamentais (SAG) e práticas de *tax avoidance* em empresas brasileiras, por meio de uma revisão sistemática da literatura, baseada nos protocolos de Tranfield, Denyer e Smart (2003) e de Kitchenham (2004). A pesquisa abrangeu o período de 2014 a 2023 e utilizou as bases Spell, Periódicos CAPES e Scopus. Os resultados indicam um número limitado de estudos sobre o tema, com abordagens predominantemente amplas sobre incentivos fiscais, relacionando o uso de SAG a níveis de *tax avoidance* e variáveis de desempenho. Conclui-se que as SAG contribuem para a redução de custos tributários, sendo influenciadas pelo modelo de gestão e pelo perfil dos dirigentes, o que evidencia lacunas relevantes para pesquisas futuras.

Palavras-chave: subvenções e assistências governamentais (SAG), incentivos fiscais, *tax avoidance*, revisão sistemática da literatura

Abstract

This study examines academic publications on the relationship between the use of government subsidies and assistance (GSA) and tax avoidance practices in Brazilian companies, through a systematic literature review following the protocols proposed by Tranfield, Denyer, and Smart (2003) and Kitchenham (2004). The review covers the period from 2014 to 2023 and draws on the Spell, CAPES Journals, and Scopus databases. The findings reveal a limited number of studies on the topic, with most adopting a broad perspective on fiscal incentives by comparing firms that use GSA with their levels of tax avoidance and performance-related variables. The study concludes that GSA reduces tax costs and that managerial models and executives' profiles influence the use of tax incentives in tax avoidance strategies, highlighting significant gaps for future research.

Keywords: *government subsidies and assistance (GSA), tax incentives, tax avoidance, systematic literature review*

¹ carlos.oliveira@egresso.ufg.br, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte/MG [Brasil]

² luciosouzamachado@gmail.com, Universidade Federal de Goiás – UFG, Goiânia/GO [Brasil]

Recebido em: 16.04.2025

Aprovado em: 22.12.2025

Como citar este artigo

Oliveira, C. E. G., & Machado, L. S. (2026). Subvenções e assistências governamentais (SAG) nas práticas de *tax avoidance*: uma revisão sistemática da literatura. *Revista Administração em Diálogo - RAD*, 28(1), 106-126.

<https://doi.org/10.23925/2178-0080.2026v28i1.71301>

Introdução

As Subvenções e Assistências Governamentais (SAG) se tornam um importante e necessário campo de pesquisa nas áreas de Administração e Contabilidade, ao se considerar a importância econômica e o impacto que elas causam no patrimônio, no resultado contábil e nas práticas de *tax avoidance* das empresas, a citar como exemplo, as concessões de incentivos fiscais (Costa Neto et al., 2022; Lee et al., 2014; Oreshkova, 2020; Stadler & Nobes, 2018).

As SAG são programas viabilizados pela administração pública, em que a União, as unidades federativas e os municípios fornecem incentivos com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento, atrair investimentos regionais e fomentar o crescimento e demais atividades de interesse público (Souza et al., 2018). As SAG, para tanto, são ferramentas de intervenção econômica usadas pelos governos de diversos países em todo o mundo, e seu uso é comum tanto em economias desenvolvidas quanto em emergentes. Elas são frequentemente usadas para compensar as imperfeições do mercado, gerar economias de escala e atender aos objetivos da política social (Lee et al., 2014; Lim et al., 2018).

Uma das formas mais usuais de concessão de SAG no Brasil é a redução ou isenção de tributos, principalmente para estimular determinados setores ou regiões (Naves, 2016). As organizações brasileiras buscam maximizar a possibilidade de reduzir sua carga tributária por meio da obtenção de incentivos fiscais, pois essas estratégias configuram uma prática lícita de *tax avoidance*. Desse modo, os incentivos fiscais são alternativas consideradas pelas empresas em suas práticas de *tax avoidance*, juntamente com outras escolhas planejadas na busca por reduzir o ônus tributário (Moraes et al., 2021; Almeida & Santos, 2019; Martinez, 2017).

Este estudo trata os termos “SAG” e “incentivos fiscais” como sinônimos, com base na definição de “subvenções e assistências governamentais” como concessões por parte dos governos para fomentar e incentivar investimentos em áreas de interesse público (Costa Neto et al., 2022; Lee et al., 2014; Oreshkova, 2020; Stadler & Nobes, 2018). Além disso, os “incentivos fiscais” são uma forma de subvenção, definida na literatura como concessões por meio de redução ou isenção de tributos, por parte dos governos, para fomentar e incentivar investimentos em áreas de interesse público (Gonçalves et al., 2016; Souza et al., 2018).

Loureiro et al. (2011) observam que as concessões de SAG no Brasil constituem um campo de pesquisa importante e necessário para os estudos nas áreas de Contabilidade e Administração, tanto pelo impacto dos incentivos fiscais nas práticas de *tax avoidance* quanto pelo impacto que as SAG podem causar no patrimônio e nos resultados das corporações. Souza et al. (2018) apontam que, no Brasil, as pesquisas ainda precisam avançar em relação às teorias das práticas de *tax avoidance* adotadas pelas empresas em suas políticas operacionais, em busca de economias tributárias. Os pesquisadores também afirmam que, quanto aos impactos e à eficiência dos incentivos fiscais na redução de tributos, são poucas as conclusões que podem ser extraídas da literatura.

O termo “*tax avoidance*” - juntamente com os termos “planejamento tributário”, “agressividade fiscal” e “elisão fiscal” - é uma expressão usada na literatura

científica para tratar do conjunto das práticas adotadas pelas organizações envolvendo ações estratégicas pautadas na legislação fiscal que visam a evitar ou reduzir os custos tributários (Edwards et al., 2016; Melo et al., 2020). Assim, este trabalho adotará o termo “tax avoidance” para se referir, de maneira ampla, a todas as práticas pautadas na legislação e adotadas pelas empresas para evitar, reduzir ou adiar os tributos, englobando, assim, todos os demais termos trazidos na literatura (Lietz, 2013; Blouin, 2014).

Araújo e Leite Filho (2018) e Martinez (2017) relatam que as práticas de *tax avoidance* são cruciais para qualquer corporação na tentativa de reduzir a carga tributária. As empresas buscam maximizar a efetividade de seus planejamentos tributários, tendo como exemplos ações estratégicas, como o uso da depreciação acelerada, dos juros sobre capital próprio e da obtenção e do uso de incentivos fiscais. Araújo e Leite Filho (2018) afirmam que as SAG têm grande importância e, como exemplo, os pesquisadores citam que, sem os incentivos fiscais brasileiros, haveria maior dificuldade para a instalação de empresas multinacionais no território nacional.

Rezende et al. (2018) observam que os gestores são incentivados a despendem esforços na implementação de práticas de *tax avoidance*, tendo o uso de incentivos fiscais como uma estratégia efetiva para reduzir os gastos com o recolhimento de tributos, devido à alta e complexa carga tributária brasileira. Essas práticas de redução de custos tributários impactam as operações das empresas em suas estratégias de gestão, a exemplo, na gestão de fluxos de caixa operacional e de investimentos.

Entre os estudos nacionais sobre SAG, três foram identificados, incluindo um levantamento do que se tem publicado sobre o tema, sendo eles: Valadão et al. (2023), Almeida e Santos (2019) e Batista et al. (2018). Ambos apontaram a relevância de investigar o que já se tem pesquisado sobre as SAG, mas apenas o estudo de Almeida e Santos (2019) estabelece uma relação direta entre os incentivos fiscais e práticas de *tax avoidance*. O estudo de Batista et al. (2018) apresentou, em sua revisão bibliométrica, um levantamento do perfil metodológico das pesquisas sobre os incentivos fiscais aplicados a políticas públicas entre 2006 e 2016, apontando as principais metodologias empregadas e os caminhos percorridos pelos autores que se propuseram avaliar incentivos fiscais em políticas públicas.

Já o estudo de Valadão et al. (2023), com uma análise bibliográfica e documental, apresentou as principais iniciativas teóricas e legislativas relacionadas especificamente aos incentivos à inovação tecnológica; a pesquisa apresentou uma visão panorâmica da literatura e, no Direito Tributário, a partir da década de noventa, acerca das relações entre tecnologia, inovação, políticas públicas e os benefícios fiscais. E o estudo de Almeida e Santos (2019), também bibliométrico, mapeou o perfil das pesquisas internacionais, incluindo o Brasil, que abordaram o tema dos incentivos fiscais.

Motivada pela temática do uso de SAG nas práticas de *tax avoidance* em companhias brasileiras, esta pesquisa questiona: Qual é o estado da arte das pesquisas que relacionam, de algum modo, o uso de SAG às práticas de *tax avoidance* em empresas brasileiras? Para ampliar as discussões e apontar novas possibilidades de

investigação, torna-se relevante identificar e sistematizar as publicações existentes sobre o tema no Brasil. Dessa forma, o estudo objetiva identificar e analisar publicações em periódicos que abordam a relação entre o uso de SAG e as práticas de *tax avoidance* em empresas brasileiras.

Para a pesquisa, realizou-se uma revisão sistemática da literatura (RSL) segundo os protocolos de Tranfield, Denyer e Smart (2003) e de Kitchenham (2004). As etapas priorizadas incluíram: (a) o planejamento da RSL, com a definição da pergunta de pesquisa, o levantamento bibliográfico e a elaboração das *strings* de busca; (b) a definição dos critérios de inclusão e exclusão para a seleção do corpus textual; e (c) a análise detalhada e a síntese dos estudos. A busca por publicações relevantes foi conduzida nas bases de dados Spell (nacional, focada em Contabilidade, Administração, Economia e Turismo), Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES (ampla, abrangendo pesquisas nacionais e internacionais em Ciências Sociais) e Scopus (importante base internacional).

O presente estudo se diferencia das revisões citadas anteriormente tanto pela metodologia adotada quanto pela relevância do tema. Ao adotar a RSL, uma abordagem que não foi encontrada em outros trabalhos sobre SAG e *tax avoidance* em empresas brasileiras, este estudo preenche uma lacuna metodológica. Além disso, a ausência de pesquisas que contemplem especificamente essa intersecção em seus corpos valida a relevância da proposta. Essa RSL, portanto, apresenta-se como uma alternativa para ampliar a compreensão desse assunto no campo do conhecimento e oferece suporte a pesquisadores e profissionais, fornecendo orientação para novos estudos sobre SAG e *tax avoidance*.

A compreensão do estado da arte em uma área do conhecimento é uma tarefa complexa, porém fundamental (Santos & Morosini, 2021). Levantar o que já foi produzido permite não apenas conhecer as abordagens e análises existentes, mas também ampliar o escopo de um determinado tema. Nesse sentido, o acompanhamento contínuo das produções científicas é crucial para a construção do conhecimento, a identificação de lacunas e a integração de resultados, estimulando novas pesquisas (Silva et al., 2020).

Ao realizar uma RSL sobre estudos que abordam SAG e práticas de *tax avoidance*, esta pesquisa oferece uma contribuição teórica substancial ao mapear o panorama do conhecimento existente, identificando lacunas e tendências. Para os pesquisadores, a sistematização do que já foi produzido serve como um ponto de partida sólido para futuras investigações, evitando a duplicação de esforços e direcionando para áreas pouco exploradas. Para a literatura, o estudo enriquece a base teórica sobre a interface entre política fiscal, gestão tributária e desempenho empresarial no contexto brasileiro, especificamente no que tange ao papel das SAG. Além disso, os resultados podem auxiliar empresas na otimização de suas estratégias de *tax avoidance* dentro dos limites legais e subsidiar governos na avaliação da eficácia das SAG como política pública, considerando o impacto social e econômico desses instrumentos.

Procedimentos Metodológicos

A abordagem a ser utilizada é a revisão sistemática da literatura (RSL), uma metodologia que estabelece requisitos para a estratégia de busca e seleção de estudos, na qual o revisor utiliza um método específico e reproduzível para buscar, selecionar e avaliar estudos relevantes para uma questão específica (Booth et al., 2016; Snyder, 2019).

Para cumprir o objetivo exposto e compor o corpus da pesquisa, esta revisão foi orientada com base nos protocolos estabelecidos nos estudos de Tranfield, Denyer e Smart (2003), que sugerem uma adaptação “mais adequada” de um protocolo para a execução de uma RSL de estudos nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas, e de Kitchenham (2004), que traz um protocolo para uma RSL de maneira mais ampla, focando em diversas áreas de estudos.

Sendo assim, a partir dos protocolos citados, foram priorizadas para este estudo as seguintes etapas: (a) planejamento da RSL, com a definição da pergunta de pesquisa, o levantamento bibliográfico sobre o tema e elaboração dos critérios e filtros de busca (*strings* de busca); (b) definição dos critérios de inclusão e exclusão para seleção e definição do corpus textual; e (c) análise detalhada e síntese dos estudos.

Com o intuito de identificar o maior número possível de estudos, optou-se por pesquisar as produções científicas nas bases de dados Spell (nacional, que indexa importantes periódicos de Contabilidade, Administração, Economia e Turismo), Periódicos CAPES (base de amplo alcance, com pesquisas nacionais e internacionais, incluindo estudos em Ciências Sociais) e Scopus (importante base de estudos internacionais). Essa seleção de bases é consistente com a prática em estudos semelhantes, como os de Avelar et al. (2012), Gomes, Machado e Souza (2022) e Nunes Filho, Correia e Amurim (2022).

Para filtrar os estudos conforme a pergunta de pesquisa, foram criadas “*strings* de busca”. Essas *strings* combinaram palavras-chave com os operadores booleanos “AND” e “OR”, aplicando os filtros específicos de cada base de dados. As *strings* de busca utilizadas estão detalhadas na Tabela 1. A pesquisa foi realizada no primeiro semestre de 2024, abrangendo o período de 2014 a 2023 (10 anos) e limitando-se a estudos do tipo “artigo”.

As palavras descritoras empregadas nos filtros de busca da base Spell e da base CAPES incluíram os termos em português: “subvenções”, “incentivos fiscais”, “subvenção”, “planejamento tributário”, além do termo em inglês “*tax avoidance*”. Para a base Scopus, os descritores utilizados foram os termos em inglês: “government grant”, “subsidies”, “tax incentives”, “tax planning” e “*tax avoidance*”.

Tabela 1

Strings de busca

Strings 1 - SPELL			
Filtros de pesquisa avançada	Bases para pesquisa	Tipo	Total
RESUMO: subvenções OU RESUMO: incentivos fiscais OU RESUMO: subvenção E RESUMO: <i>tax avoidance</i> OU RESUMO: planejamento tributário. De 2014 até 2023. Tipo de documento: Artigo.	Portal de periódicos (SPELL)	Artigos	136

Strings 2 - CAPES			
Filtros de pesquisa avançada	Bases para pesquisa	Tipo	Total
QUALQUER CAMPO (exato): subvenções OU QUALQUER CAMPO (exato): "incentivos fiscais" OU QUALQUER CAMPO (exato): subvenção E QUALQUER CAMPO (exato): <i>tax avoidance</i> OU QUALQUER CAMPO (exato): planejamento tributário. De 2014 até 2023. Tipo de documento: Artigo. Periódicos revisados por pares	Portal de periódicos (CAPES)	Artigos	226
Strings 3 - SCOPUS			
Filtros de pesquisa avançada	Bases para pesquisa	Tipo	Total
ARTICLE TITLE, ABSTRACT, KEYWORDS: "Government Grants" OR ARTICLE TITLE, ABSTRACT, KEYWORDS: "Tax Incentives" OR ARTICLE TITLE, ABSTRACT, KEYWORDS: "subsidies" AND ARTICLE TITLE, ABSTRACT, KEYWORDS: "tax avoidance" OR "Tax Planning". Filters Year Range 2014 até 2023. Document type: Limited to Article.	Portal de periódicos (SCOPUS)	Artigos	54
Total de estudos retornados			416

Fonte: os autores.

As estratégias de busca foram estabelecidas para identificar o maior número possível de artigos sobre o uso de SAG e as práticas de *tax avoidance* em empresas brasileiras. A aplicação das *strings* de busca resultou em 416 artigos. Esses artigos foram organizados em planilhas do Excel e, posteriormente, analisados em duas etapas da RSL: primeiro, a leitura do título e do resumo para identificar artigos duplicados e não aderentes; e, em seguida, a leitura detalhada de todo o estudo para confirmar a aderência e compor o corpus final.

Durante o processo de exclusão, 20 artigos foram removidos por serem duplicados. Na etapa de pré-leitura detalhada, 359 artigos foram classificados como não aderentes ao tema e, portanto, excluídos. Apenas 1 artigo foi excluído por indisponibilidade na base de dados do periódico, totalizando 360 exclusões nesta fase. Além disso, 27 estudos foram excluídos durante a leitura detalhada por não serem 100% aderentes ao tema e à proposta da RSL. O processo de exclusão completo está demonstrado na Tabela 2.

Tabela 2

Totais de artigos excluídos por base de dados

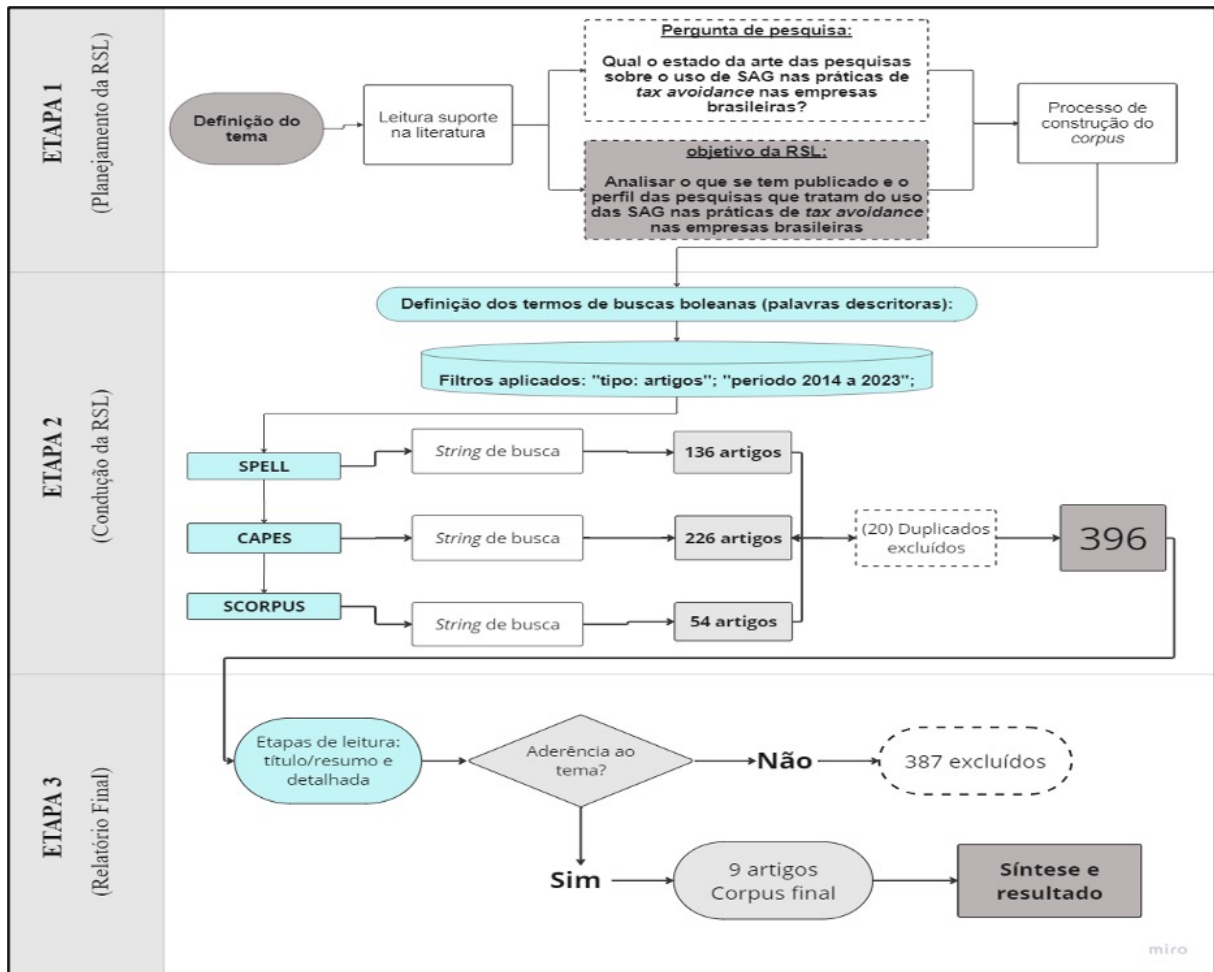
Descrição	Spell	CAPES	Scopus	Totais
Totais de artigos por base de dados	136	226	54	416
Artigos duplicados excluídos	1	19	0	20
Excluídos na etapa de leitura de título e resumo: não aderentes 100% ao tema	114	191	54	359
Artigo não disponível	1	0	0	1
Excluídos a partir da leitura na íntegra	13	14	0	27
Totais excluídos por base de dados	129	224	54	407
Totais incluídos no corpus final por base de dados	7	2	0	9

Fonte: os autores.

A Figura 1 ilustra o fluxo metodológico detalhado desta Revisão Sistemática da Literatura (RSL), delineado conforme os protocolos estabelecidos por Tranfield, Denyer e Smart (2003) e Kitchenham (2004).

Figura 1

Processo da Revisão Sistemática de Literatura



Fonte: os autores.

Para a revisão, foram analisadas as características, resultados, contribuições e lacunas dos nove estudos que compuseram o corpus final da pesquisa, selecionados conforme os critérios estabelecidos. Esta Revisão Sistemática da Literatura (RSL) buscou caracterizar esse corpus por meio de cinco etapas: total de publicações anuais sobre o tema; tipos de abordagem de pesquisa; classificação por método e por tipo de estudo; técnicas de pesquisa aplicadas; e a quantidade de estudos publicados por periódico e por classificação Qualis. Adicionalmente, os nove estudos foram organizados e analisados aprofundadamente, com base em seus resumos, metodologias, resultados e conclusões, por meio da leitura integral de seus textos.

Apresentação e análise dos resultados

Caracterização dos estudos

O corpus final da pesquisa totalizou 9 artigos publicados entre 2014 e 2023 (10 anos). A lista segue apresentada na Tabela 3.

Tabela 3

Lista de artigos selecionados - corpus final

N.	Título	Autores	Objetivo geral
1	Os efeitos da subvenção governamental frente à elisão fiscal e a geração de riqueza	Gonçalves, R. S.; Nascimento, G. G.; Wilbert, M. D.	Analisar se as empresas brasileiras abertas que receberam subvenções governamentais apresentaram maior nível de elisão fiscal (<i>tax avoidance</i>), quando comparadas a empresas que não receberam tais subvenções, e se essas geraram mais riqueza para a sociedade no ano de 2014.
2	Avaliação do impacto dos incentivos fiscais sobre os retornos e as políticas de investimento e financiamento das empresas	Rezende, A. J.; Dalmácio, F. Z.; Rathke, A. A.	Investigar empiricamente se há influência das subvenções governamentais sobre as políticas corporativas das empresas, em termos de financiamento, investimento e remuneração.
3	Relação entre carga tributária e valor adicionado	Gassen, C.; Ludwig, M. E.; Michels, A.	Avaliar qual a relação entre a carga tributária e o valor adicionado do setor cíclico e não cíclico das empresas listadas na [B] ³ .
4	Influência da idade e do tempo de mandato dos CEO em opções tributárias mais agressivas	Vargas, L. A.; Menegon, R.; Mazzioni, S.; Magro, C. B.	Verificar a influência da idade e do tempo de mandato dos CEO, com base na teoria dos escalões superiores, em opções tributárias mais agressivas por meio de incentivos fiscais.
5	A relação do perfil tributário das empresas com a geração de valor adicionado e a sua distribuição aos agentes	Diniz, M. P.; Martins, V. G.	Identificar de que forma os aspectos do perfil tributário das empresas podem se relacionar com a geração de valor adicionado e a sua decorrente distribuição aos agentes que contribuíram para essa formação.
6	A influência tributária brasileira no custo de transporte de uma empresa	Alves, L. J.; Moura, T. N.; Leal, J. I. C.	Minimizar os custos de distribuição de produtos para uma empresa multinacional localizada no Brasil, observando as diferentes estruturas tributárias do ICMS.
7	Gestão tributária a partir do framework de Scholes e Wolfson: uma proposição para uma empresa de médio porte	Silva, R. B.; Portulha, K. H.	Apresentar a proposição de um modelo de gestão tributária baseado no framework de Scholes e Wolfson, tomando como cenário empírico uma empresa comercial e prestadora de serviço de médio porte.
8	Planejamento tributário e análise dos incentivos fiscais da SUDENE em uma empresa de fruticultura localizada em Mossoró/RN	Alves, F. A.; Melo G. C.; Nascimento, Í. C.; Moreira, C. S.	Evidenciar a economia tributária gerada por uma empresa de Fruticultura beneficiada com incentivos fiscais da SUDENE.
9	Incentivos fiscais: uma análise do ponto de vista bibliométrico	Almeida, C. M.; Santos, C. M.	Identificar as características da produção científica sobre incentivos fiscais, publicada em periódicos na literatura internacional listados na plataforma Scopus.

Fonte: os autores.

A Tabela 4 apresenta o total de publicações por ano. No período analisado, os anos de 2014, 2015, 2017 e 2023 não registraram publicações que atendessem aos critérios desta RSL. O padrão de publicações apresentado na Tabela 4 é consistente com a tendência observada por Almeida e Santos (2019), que indicou uma redução das publicações sobre incentivos fiscais por pesquisadores brasileiros em 2013, seguida de um aumento a partir de 2017.

Tabela 4

Publicações de artigos por ano

Ano de publicação	Número	%
2016	1	11%
2018	1	11%
2019	2	22%
2020	2	22%
2021	1	11%
2022	2	22%
Total	9	100%

Fonte: os autores.

Nos demais anos do período de estudo, observou-se um número reduzido de publicações, entre 1 e 2 por ano. A baixa incidência de publicações sobre o tema ao longo dos 10 anos, totalizando 9 artigos, pode ser atribuída ao fato de que a maioria dos estudos que aborda o tema SAG não estabelece uma relação explícita com as práticas de *tax avoidance* em seu referencial teórico e/ou nos resultados apresentados.

A Tabela 5 ilustra a distribuição dos tipos de abordagem de pesquisa:

Tabela 5

Tipos de abordagem de pesquisa

Abordagem	Número	%
Qualitativa	2	22%
Quantitativa	6	67%
Mista	1	11%
Total	9	100%

Fonte: os autores.

Conforme os dados apresentados na Tabela 5, a abordagem quantitativa é a mais proeminente, representando 67% (6 de 9 artigos) das pesquisas analisadas. Isso sugere uma preferência por estudos que buscam mensurar e testar relações entre variáveis em larga escala. Em contraste, estudos com abordagem exclusivamente qualitativa correspondem a apenas 22% (2 casos), o que indica menor frequência de pesquisas que exploram a profundidade dos fenômenos e as percepções dos envolvidos. Os estudos de abordagem mista, que combinam elementos quantitativos e qualitativos, são os menos representados, somando apenas 11% (1 artigo) do corpo da RSL. Essa baixa representatividade de métodos mistos sugere uma lacuna metodológica, pois essa abordagem poderia oferecer uma compreensão mais holística e robusta da complexa relação entre SAG e *tax avoidance*.

A classificação dos artigos quanto ao método de pesquisa é detalhada na Tabela 6.

Tabela 6

Método de pesquisa

Método	Número	%
Estudo bibliométrico	1	11%
Estudo de caso com análise qualitativa e quantitativa.	1	11%
Estudo de caso com análise exclusivamente qualitativa	2	22%
Estudo com coleta de dados em empresas de capital aberto e aplicação de testes estatísticos.	5	56%
Total	9	100%

Fonte: os autores.

A Tabela 6 demonstra que o método predominante (56%, ou 5 artigos) envolve a coleta de dados em empresas de capital aberto, com a aplicação de análises estatísticas. Esse cenário é compreensível, dado o fácil acesso a informações financeiras dessas empresas, que são obrigadas a publicar e disponibilizar seus dados ao público. Tal facilidade pode levar os pesquisadores a optar por essa fonte de dados. Adicionalmente, o estudo de caso emerge como uma abordagem relevante para os pesquisadores. Destacam-se os estudos de caso com análise exclusivamente qualitativa (2 artigos, 22%), geralmente baseados na análise documental de empresas. Há também um estudo de caso com abordagem mista (1 artigo, 11%), que emprega estatísticas, além da análise qualitativa. O único estudo bibliométrico corresponde a 11% (1 artigo) do total, indicando uma exploração inicial ou complementar das tendências da pesquisa na área.

A análise dos métodos de pesquisa revela oportunidades claras para a diversificação metodológica e das fontes de dados. A forte dependência de dados de empresas de capital aberto sugere a necessidade de explorar dados governamentais e de empresas privadas, que podem oferecer perspectivas distintas sobre estratégias de evasão *fiscal*. Nesse contexto, o estudo de caso mostra-se uma abordagem promissora para investigações futuras sobre a temática. Sua flexibilidade permite um aprofundamento nos impactos tributários das estratégias em empresas que usufruem de incentivos fiscais governamentais, por exemplo, o que muitas vezes exige uma compreensão mais contextualizada que os grandes conjuntos de dados quantitativos não conseguem prover por si só. A combinação de métodos, especialmente no estudo de caso, poderia enriquecer a compreensão dos mecanismos subjacentes às decisões de *tax avoidance* e seus efeitos.

A Tabela 7 detalha as técnicas de pesquisa predominantes no corpus da RSL:

Tabela 7

Técnicas de pesquisa

Método e técnica de pesquisa	Número	%
Análises estatísticas	6	67%
Estudos de casos	3	33%
Total	9	100%

Fonte: os autores.

É fundamental notar que 100% do corpus analisado é composto por estudos que realizaram coleta de dados secundários ou análise de conteúdo. Isso significa que todos os artigos da RSL se basearam em informações já existentes, seja por meio de levantamentos em bases de dados ou de análises sistemáticas de documentos e textos. Dentro desse universo, a análise estatística emerge como a técnica mais aplicada, presente em 6 dos 9 estudos (67%). Isso reforça a inclinação da área para a quantificação e para o teste de hipóteses com dados numéricos. Em contrapartida, os estudos de caso foram utilizados em 3 dos 9 artigos (33%), o que demonstra uma abordagem mais aprofundada e contextualizada, focada em casos específicos de empresas. No detalhe, a aplicação de entrevistas foi uma técnica bastante restrita, ocorrendo em apenas um dos três estudos de caso. Da mesma forma, o método de revisão bibliométrica representou um único estudo entre os que utilizaram análises estatísticas.

Esses dados apontam para uma clara oportunidade de diversificar as técnicas de pesquisa em futuras investigações sobre a temática. A dependência majoritária de dados secundários e análises estatísticas, embora eficiente para generalizações, pode limitar a profundidade da compreensão de certos fenômenos complexos, como os fatores que influenciam as decisões de *tax avoidance* e os impactos dessas estratégias.

Batista et al. (2018) fornecem um bom exemplo de como outras técnicas poderiam ser incorporadas. Os autores listam, entre os métodos qualitativos, a pesquisa descritiva longitudinal, pesquisas com análises comparativas, pesquisas com análises de custo-benefício, pesquisas documentais e análises de conteúdo. Para métodos quantitativos, Batista et al. (2018) indicam pesquisas que contemplam métodos multivariados (observados em três estudos desta RSL), pesquisas com análises estatísticas em estudos de caso (apenas um nesta pesquisa) e análises estatísticas combinadas com análise de conteúdo (nenhum estudo encontrado nesta pesquisa com essa combinação). A exploração dessas técnicas menos frequentes, como a combinação de análises estatísticas com análise de conteúdo, ou a incorporação mais robusta de entrevistas e de outros métodos de coleta de dados primários, poderia enriquecer significativamente a pesquisa sobre SAG e *tax avoidance*, fornecendo insights mais holísticos e detalhados.

A Tabela 8 apresenta os periódicos identificados e suas respectivas classificações Qualis (baseadas no último quadriênio disponível na Plataforma Sucupira, 2017-2020):

Tabela 8

Classificação por periódico/Qualis

Estudos por periódico / Qualis	ISSN	Qualis	Número
RCCC: Revista Catarinense da Ciência Contábil	2237-7662	A3	1
RGFC: Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade	2238-5320	A3	1
RUC: Revista Universo Contábil	1809-3337	A3	2
RECFin: Revista Evidenciação Contábil & Finanças	2318-1001	A3	1
Reunir: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade	2237-3667	A4	2
RDSD: Revista Desenvolvimento Socioeconômico em Debate	2446-5496	B1	1
RASI: Revista de Administração, Sociedade e Inovação	2447-8156	B2	1
Total			9

Fonte: os autores.

Foram identificadas 7 revistas nas áreas de Administração, Economia e Contabilidade. Embora o total de 9 artigos seja um número relativamente pequeno para uma RSL, a qualidade dos periódicos em que foram publicados é notável. Cinco desses periódicos possuem classificação Qualis A, o que representa os níveis superiores de qualidade e rigor acadêmico, conforme os critérios da CAPES. Especificamente, 4 revistas são classificadas como A3 e 1, como A4. Isso sugere que, apesar do volume restrito de publicações, os estudos encontrados apresentam um bom nível de qualidade, atendendo aos padrões de periódicos de destaque no cenário científico brasileiro. As classificações Qualis B1 e B2, que representam estratos de qualidade inferiores, foram atribuídas a duas revistas, nas quais dois artigos do corpus foram publicados.

A análise da visibilidade dos estudos do corpus desta RSL, mensurada pelas citações no Google Acadêmico durante o período da pesquisa, revela um cenário misto: enquanto dois dos nove estudos obtiveram apenas duas citações e três estudos não

receberam nenhuma menção, demonstrando uma visibilidade limitada, os estudos mais citados foram consistentemente publicados em periódicos de maior Qualis-Capes. Destacam-se o artigo da Revista Universo Contábil (RUC) – artigo 2 da Tabela 3, com 96 citações; o da Revista Catarinense da Ciência Contábil (RCCC) – artigo 1 da Tabela 3, com 48 citações; e o da Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade (RGFC) – artigo 9 da Tabela 3, com 10 citações. Esses dados, embora ilustrativos, sublinham a necessidade premente de mais pesquisas que aprofundem a compreensão da complexa relação entre SAG e as estratégias de planejamento tributário (*tax avoidance*), indicando um vasto campo a ser explorado para investigações mais robustas e de maior impacto na literatura acadêmica.

A colaboração entre autores é um fator importante que pode indicar o rigor e a abrangência dos estudos. Observa-se que um total de 26 autores participou das 9 publicações. A análise da autoria revela o seguinte padrão de colaboração: a) três artigos foram escritos por dois autores; b) quatro artigos foram escritos por três autores; e c) dois artigos foram escritos por quatro autores. Essa distribuição indica tendência à coautoria, com a maioria dos artigos (6 de 9) produzidos por três ou mais autores. A colaboração múltipla pode indicar discussões mais amplas, diferentes perspectivas e maior rigor na revisão dos trabalhos, o que tende a elevar a qualidade das pesquisas.

Os resultados de qualidade dos periódicos são comparáveis aos obtidos em outros estudos bibliométricos na área. Por exemplo, Gomes et al. (2018) analisaram pesquisas tributárias publicadas entre 2015 e 2020 e indicaram que os periódicos também apresentavam bons níveis de qualidade, variando entre as classificações Qualis A2 e B2. Essa consistência reforça a ideia de que a temática da *tax avoidance* é frequentemente abordada em veículos de comunicação científica de alto nível, o que contribui para a solidez e a credibilidade das discussões na área.

Análise crítica dos resultados dos estudos sobre SAG e *Tax Avoidance*

Os nove estudos selecionados para o corpus final desta Revisão Sistemática da Literatura (RSL) foram cuidadosamente organizados e analisados com base em seus resumos, metodologias, resultados e conclusões, por meio de uma leitura detalhada e analítica de todo o texto. A Tabela 9 apresenta a distribuição temática dos estudos que compõem o corpus da RSL:

Tabela 9

Classificação por grupo temático

Temática	Número	%
Incentivos fiscais e as estratégias de <i>tax avoidance</i> em empresas brasileiras	8	89%
Incentivos fiscais, um estudo de revisão	1	11%
Total	9	100%

Fonte: os autores.

Conforme a Tabela 9, a vasta maioria dos estudos (oito dos nove artigos, o que representa 89%) concentra-se na temática "Incentivos fiscais e as estratégias de *tax avoidance* em empresas brasileiras". Isso demonstra um foco claro da literatura na relação entre os benefícios fiscais e as práticas de elisão fiscal no contexto empresarial brasileiro. Apenas um estudo (11%) foi classificado como uma "revisão" sobre

incentivos fiscais, o que sugere uma lacuna na área para trabalhos de síntese e mapeamento da literatura existente.

A presente análise detalha os resultados dos estudos que compõem o corpus desta Revisão Sistemática da Literatura (RSL), com foco em suas contribuições e nas inferências que podem ser extraídas, especialmente no que tange à relação entre Subvenções e Assistências Governamentais (SAG) e às estratégias de *tax avoidance* em empresas brasileiras. Nesta RSL, oito estudos exploraram essa relação, e uma análise aprofundada desses trabalhos revela importantes similaridades metodológicas: cinco deles (Gonçalves et al., 2016; Rezende et al., 2018; Gassen et al., 2019; Vargas et al., 2020; e Diniz e Martins, 2022) realizaram a coleta de dados de amostras de empresas brasileiras de capital aberto listadas na Brasil, Bolsa, Balcão (B3). Essa escolha da fonte de dados é estratégica devido à obrigatoriedade de divulgação pública das informações financeiras dessas empresas, o que facilita o acesso a um grande volume de dados para análise. Além da fonte de dados, esses mesmos estudos aplicaram testes estatísticos, empregando técnicas como a análise estatística descritiva e modelos multivariados. A predominância dessas abordagens quantitativas indica uma clara busca por evidências empíricas e generalizáveis sobre a relação entre as SAG e as estratégias de *tax avoidance*, visando identificar padrões em larga escala.

Gonçalves et al. (2016), por exemplo, analisaram os efeitos das práticas de *tax avoidance* na geração de riqueza das empresas, com ênfase no uso de incentivos fiscais. Utilizando uma amostra de 64 empresas de capital aberto e dados de 2014, o estudo indicou que as empresas subvencionadas apresentaram menores níveis de carga tributária, sugerindo maior propensão à *tax avoidance* nesse grupo, o que é esperado, dado o propósito das SAG de reduzir o ônus tributário. No entanto, o estudo revelou uma nuance crítica: as empresas não subvencionadas, apesar de pagarem mais tributos, também apresentaram maior valor adicionado e, conseqüentemente, agregaram maior valor à sociedade. Isso questiona se a mera redução da carga tributária por meio de incentivos fiscais se traduz em um benefício social proporcional, sugerindo que os incentivos podem não ser tão eficazes em promover a criação de valor social quanto se esperaria.

O estudo de Gassen et al. (2019) encontrou evidências que corroboram os resultados iniciais de Gonçalves et al. (2016). Gassen et al. (2019), ao investigar uma amostra de 88 empresas (setores cíclicos e não cíclicos) entre 2014 e 2016, também constataram a influência significativa dos incentivos fiscais sobre os índices de *tax avoidance*, reafirmando que empresas que se beneficiam de SAG tendem a ter menor carga tributária. Contudo, um resultado crítico e distinto foi que Gassen et al. (2019), ao considerar a presença de incentivos fiscais, não confirmaram a relação positiva entre os níveis de *tax avoidance* e o valor adicionado das empresas da amostra. Essa divergência em relação a Gonçalves et al. (2016) é crucial, pois sugere que a mera prática de *tax avoidance* facilitada por incentivos fiscais pode não resultar em maior geração de valor para a sociedade em todos os contextos, levantando dúvidas sobre a eficácia de certas políticas de incentivo em termos de benefícios econômicos mais amplos.

A pesquisa de Vargas et al. (2020) aprofundou a análise da relação entre SAG e *tax avoidance*, utilizando uma amostra de 96 empresas no período de 2013 a 2017. O

estudo confirmou que os níveis de *tax avoidance* são significativamente influenciados pelos incentivos fiscais, o que se alinha aos achados anteriores. A principal contribuição de Vargas et al. (2020) foi demonstrar que a idade e o tempo de mandato dos Chief Executive Officers (CEOs) têm relação positiva com a obtenção de SAG e com as variações nos níveis de *tax avoidance*. A inferência é de que gestores mais experientes podem possuir maior conhecimento e habilidade para navegar na complexa legislação tributária e identificar oportunidades de *tax avoidance*, utilizando os incentivos fiscais de forma mais agressiva para reduzir custos tributários.

Em uma abordagem complementar, Diniz e Martins (2022), ao considerar o uso de incentivos fiscais, testaram a relação entre os níveis de *tax avoidance* das empresas da amostra e a distribuição de valores aos agentes, incluindo acionistas, credores e funcionários. A pesquisa apresenta resultados convergentes com os estudos de Gonçalves et al. (2016) e Gassen et al. (2019), indicando a relação entre os incentivos fiscais e as práticas de *tax avoidance*. Além dessas confirmações, ao testar uma amostra de 321 empresas (2010 a 2019), o estudo inferiu que altos níveis de *tax avoidance* se relacionaram positivamente com a remuneração dos acionistas e negativamente com a dos credores e dos funcionários. A conclusão crítica é que as ações de *tax avoidance*, incluindo o uso de incentivos fiscais, podem beneficiar os acionistas em detrimento de outros stakeholders importantes. Isso levanta sérias questões éticas e de equidade na distribuição do valor gerado pelas empresas, sugerindo que a elisão fiscal pode criar desequilíbrios na alocação de recursos entre os diversos agentes envolvidos.

A pesquisa de Rezende et al. (2018) merece destaque. Embora focado principalmente no uso de incentivos fiscais nos retornos e nas políticas de financiamento e investimento das empresas, o estudo também aborda a discussão sobre a inclusão de métricas para mensurar as práticas de *tax avoidance*. Com uma amostra de 108 empresas (2011 a 2013), os pesquisadores classificaram 88 tipos de incentivos fiscais, evidenciando a vasta gama de SAG fornecidas pelos governos no Brasil. Os resultados corroboram a literatura, confirmando evidências discutidas por Gonçalves et al. (2016) de que as SAG são incluídas pelas empresas de forma estratégica em suas práticas de *tax avoidance*, visando à redução de custos tributários – uma conclusão lógica, dado que a própria natureza de um incentivo fiscal é proporcionar uma vantagem que se traduz em menor custo tributário. Além disso, Rezende et al. (2018) apresentaram uma relação positiva entre as práticas de *tax avoidance* no uso de SAG e indicadores das companhias, bem como entre os incentivos fiscais e o endividamento de curto prazo e o grau de distribuição de resultados. Isso sugere que a redução de custos via SAG pode não apenas influenciar o comportamento fiscal, mas também decisões financeiras mais amplas e a política de lucros das empresas.

Na ampliação dos estudos sobre SAG e práticas de *tax avoidance*, as pesquisas de Alves et al. (2019), Silva e Portulha (2021) e Alves et al. (2022) se diferenciaram por recorrerem a fontes de dados distintas das empresas de capital aberto e por optar por estudos de caso únicos. Alves et al. (2019) e Silva e Portulha (2021) utilizaram análises qualitativas, o que permitiu uma compreensão mais aprofundada de contextos específicos, crucial para fenômenos que dependem de particularidades. Alves et al. (2019), por exemplo, observaram as estruturas tributárias e os incentivos fiscais do ICMS em uma indústria do Rio de Janeiro (RJ) e em seus centros de distribuição em

Pernambuco (PE) e Paraíba (PA). O estudo concluiu que a utilização de centros de distribuição em outras unidades federativas é uma estratégia eficaz de *tax avoidance* para reduzir custos tributários, por meio do aproveitamento de incentivos fiscais estaduais. Essa conclusão se sustenta na dinâmica da "guerra fiscal" entre os estados brasileiros, em que a legislação local oferece oportunidades de otimização tributária. A pesquisa corrobora a literatura quanto ao uso de incentivos fiscais para reduzir os níveis de *tax avoidance* e contribui ao demonstrar a eficiência desses incentivos fiscais estaduais nessas estratégias (Gonçalves et al., 2016; Gassen et al., 2019; Vargas et al., 2020).

Silva e Portulha (2021), em um estudo de caso, realizaram uma revisão das estruturas tributárias de uma empresa comercial e prestadora de serviços de médio porte. Ao identificar possíveis benefícios fiscais a serem utilizados, a pesquisa apontou alternativas e oportunidades para reduzir custos tributários por meio de estratégias de *tax avoidance*. Esses resultados corroboram a literatura, demonstrando que o uso das SAG influencia a redução dos custos tributários e dos níveis de carga tributária (Gonçalves et al., 2016; Gassen et al., 2019; Vargas et al., 2020). O estudo oferece um exemplo concreto de como empresas de menor porte podem se beneficiar da otimização tributária por meio da SAG.

Alves et al. (2022) analisaram o incentivo fiscal da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) a uma empresa de fruticultura no Rio Grande do Norte (RN) em 2019. O estudo de caso, que adotou a estatística descritiva, constatou que a adesão ao incentivo fiscal do SUDENE reduz custos tributários e permite que os produtos da empresa sejam mais competitivos no mercado. Os resultados contribuíram para a literatura ao apresentar, de forma estratégica, a alternativa de incentivos fiscais específicos, como o benefício SUDENE, nas práticas de *tax avoidance*. A inferência é clara: incentivos regionais bem direcionados podem ter impacto direto na competitividade da empresa.

Apenas um estudo de revisão foi identificado no corpus final selecionado por esta RSL: a pesquisa de Almeida e Santos (2019), que aborda incentivos fiscais e práticas de *tax avoidance* em empresas. Almeida e Santos (2019) realizaram um estudo bibliométrico, identificando as características das produções científicas sobre incentivos fiscais publicadas em periódicos internacionais indexados na Scopus (683 trabalhos de 2005 a 2019). A pesquisa focou no mapeamento das características gerais dos estudos, sem ênfase nos estudos nacionais. Em suas conclusões, os autores ressaltaram que o tema "incentivos fiscais", quando analisado especificamente no Brasil, não se mostrou amplamente pesquisado, com apenas 26 estudos identificados em seu corpus internacional, em contraste com os Estados Unidos da América, que apresentaram o maior número de estudos relacionados a incentivos fiscais.

Os autores também ressaltaram a importância dos incentivos fiscais para atrair empresas multinacionais ao Brasil e para manter a competitividade das empresas diante da complexidade tributária brasileira em comparação com outros países. Comparando o resultado da pesquisa de Almeida e Santos (2019) com esta RSL, que abordou um tema relacionado (SAG e *tax avoidance*) e encontrou apenas 9 estudos aderentes, evidencia-se a relevância dos estudos sobre incentivos fiscais e a limitada produção de publicações sobre o tema SAG relacionado às práticas de *tax avoidance* no contexto

brasileiro. A discrepância no volume de pesquisas sugere uma lacuna significativa na literatura nacional, que demanda mais investigações para aprofundar a compreensão das complexidades e impactos das SAG na elisão fiscal em empresas brasileiras.

Limitações e oportunidades de pesquisa a partir dos estudos analisados

Com base nas sínteses dos estudos que relacionam o uso de SAG às práticas de *tax avoidance* em empresas brasileiras, evidencia-se a relevância do tema e a existência de uma ampla lacuna no conhecimento acadêmico, o que representa uma oportunidade significativa para novas investigações.

Almeida e Santos (2019) destacam a importância de pesquisas voltadas à eficiência dos incentivos fiscais nas estratégias de elisão tributária, sugerindo que estudos internacionais sejam utilizados como referência metodológica e conceitual para aprofundar o debate no contexto brasileiro. Rezende et al. (2018) reforçam essa necessidade ao apresentarem uma lista com 88 tipos de incentivos fiscais divulgados pelas empresas analisadas, evidenciando a diversidade de benefícios fiscais existentes e ainda pouco explorados na literatura nacional. Os autores sugerem a análise do impacto desses incentivos nas decisões corporativas, com ênfase nos riscos associados à adoção de práticas de *tax avoidance*, e propõem a expansão e a atualização da própria pesquisa, com vistas a ampliar as discussões e fortalecer o campo de estudo.

Alves et al. (2022), ao investigarem o benefício fiscal da SUDENE, apontaram como limitação a subutilização desse mecanismo por parte das empresas, muitas vezes decorrente da falta de conhecimento acerca das oportunidades existentes e da operacionalização do benefício. Como alternativa, os autores propõem o aprofundamento em estudos individualizados sobre incentivos fiscais, considerando os impactos específicos em empresas localizadas em regiões onde esses benefícios são concedidos, especialmente por meio de estudos de caso.

Nesse sentido, Vargas et al. (2020) sugerem o desenvolvimento de pesquisas em empresas privadas com recorte regional, relacionando os incentivos fiscais a práticas de *tax avoidance* e a variáveis adicionais que possam interferir nessas relações, como o perfil do CEO e de outros gestores, incluindo aspectos como formação acadêmica e gênero. Os autores também recomendam a segmentação das análises por setor econômico, a fim de observar possíveis padrões que variem conforme o tipo de atividade empresarial.

Diniz e Martins (2022) compartilham dessa perspectiva e reforçam a importância de investigações que avaliem não apenas os efeitos das SAG nas empresas, mas também seu impacto em outros agentes, como o governo, os colaboradores e a sociedade em geral, sugerindo uma visão mais ampla e sistêmica dos efeitos da política fiscal. De modo complementar, Gassen et al. (2019) apontam a necessidade de pesquisas que avaliem a efetividade e o custo-benefício dos incentivos fiscais, segmentando as análises por setor e por segmento de mercado. Já Alves et al. (2019) ressaltam as limitações inerentes aos estudos de caso, especialmente quanto à generalização dos resultados, e sugerem a ampliação da amostra e a utilização de diferentes metodologias que permitam extrapolações mais robustas e representativas.

No contexto desta Revisão Sistemática da Literatura (RSL), observa-se que várias das pesquisas analisadas podem ser replicadas por meio da aplicação de métodos distintos, o que abre espaço para abordagens comparativas e complementares. Gonçalves et al. (2016) reforçam essa ideia ao sugerirem que os efeitos das SAG sobre as práticas de *tax avoidance* sejam investigados por meio de outros procedimentos estatísticos, como testes de hipóteses e modelos econométricos mais avançados, capazes de gerar resultados mais conclusivos e de contribuir de forma mais consistente para a consolidação teórica e empírica da área.

Futuras pesquisas sobre a relação entre Subvenções e Assistências Governamentais (SAG) e práticas de *tax avoidance* devem explorar aspectos ainda pouco abordados no contexto brasileiro, como a comparação entre os tipos de incentivos fiscais e suas condições de aplicação. Recomenda-se o uso de métodos estatísticos mais robustos e a inclusão de variáveis organizacionais e de governança, bem como de recortes regionais e setoriais. Estudos com amostras ampliadas, que incluam empresas listadas e não listadas, também são necessários para maior representatividade. Por fim, é relevante analisar os efeitos das SAG não apenas sobre as empresas, mas também sobre outros agentes, como o governo, o mercado e a sociedade.

Considerações Finais

Este estudo foi conduzido com base na seguinte questão de pesquisa: qual é o estado da arte das investigações sobre o relacionamento entre o uso de Subvenções e Assistências Governamentais (SAG) e as práticas de *tax avoidance* em empresas brasileiras? Para respondê-la, realizou-se uma revisão sistemática da literatura (RSL), com o objetivo de identificar e analisar estudos publicados em periódicos nacionais e internacionais que abordam a referida relação no contexto brasileiro. A condução da RSL seguiu os protocolos metodológicos propostos por Tranfield, Denyer e Smart (2003) e Kitchenham (2004), assegurando rigor e transparência ao processo. O corpus final da pesquisa foi composto por nove estudos publicados entre 2014 e 2023, localizados nas bases SPELL, Portal CAPES e Scopus.

A análise dos estudos selecionados revelou um número ainda reduzido de publicações que abordam, de forma integrada, os efeitos das SAG nas estratégias de *tax avoidance* no Brasil. Apesar disso, os trabalhos encontrados foram publicados em periódicos qualificados e adotaram abordagens metodológicas relevantes. Em sua maioria, os estudos analisaram os incentivos fiscais de forma agregada, relacionando-os ao desempenho financeiro das empresas e aos níveis de elisão tributária, especialmente com base em indicadores como endividamento, rentabilidade e estrutura de capital. Constatou-se, ainda, que o uso de SAG contribui para a redução de custos tributários, sendo influenciado por características da gestão e pelo perfil dos dirigentes, o que reforça a importância da governança corporativa como fator moderador nesse contexto.

A principal contribuição teórica desta RSL reside na sistematização do conhecimento produzido entre 2014 e 2023, permitindo mapear avanços, identificar lacunas e oferecer uma base sólida para o desenvolvimento de novos estudos. No campo prático, os resultados sugerem que as SAG constituem instrumentos de planejamento

tributário capazes de reduzir os custos fiscais das empresas, o que demanda maior atenção de gestores, profissionais da contabilidade e formuladores de políticas públicas.

Observou-se, ainda, que a vasta gama de incentivos fiscais existentes no Brasil, nos âmbitos federal, estadual e municipal, é pouco explorada, de forma individualizada, na literatura. Incentivos específicos, como os concedidos pela SUDENE ou os relacionados ao ICMS em determinadas unidades federativas, permanecem subexplorados, especialmente em pesquisas com foco em empresas de capital aberto e fechado, ou em estudos de caso com recortes regionais. Essas lacunas representam oportunidades relevantes para o aprofundamento da temática.

A principal limitação desta RSL está na abrangência do corpus empírico, que abrangeu apenas 9 estudos em um período de 10 anos. Além disso, o recorte exclusivamente nacional pode restringir a generalização dos achados em contextos internacionais. No entanto, essa limitação também evidencia a escassez de pesquisas sobre o tema, o que destaca a necessidade de ampliar a agenda de investigação.

Recomenda-se, portanto, que futuras pesquisas estendam o escopo desta RSL a estudos internacionais, a fim de comparar práticas de *tax avoidance* e políticas de SAG em diferentes jurisdições. Sugere-se, ainda, a replicação dos estudos analisados por meio de métodos quantitativos e qualitativos diversos, bem como a incorporação de novas fontes de dados, como empresas privadas e registros administrativos governamentais. A avaliação da eficiência de incentivos fiscais específicos e a análise de seus efeitos sobre a transparência fiscal, a concorrência e a percepção de justiça tributária também se apresentam como caminhos promissores para o avanço do conhecimento na área.

Referências

- Almeida, C. M. S., & Santos, C. M. V. D. (2019). Incentivos Fiscais: Uma Análise do Ponto de Vista Bibliométrico. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, 9(2), 3-17.
- Alves, F. A., Melo, G. C. V. de, Nascimento, Í. C. S. do, & Moreira, C. S. (2022). Planejamento tributário e análise dos incentivos fiscais da SUDENE em uma empresa de fruticultura localizada em Mossoró/RN. *Revista Desenvolvimento Socioeconômico em Debate*. https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/UNESC-2_adc863119e0c36eca685eed8625e543
- Alves, L. J. M., Moura, T. N., & Leal Jr., I. C. (2019). The Brazilian Taxation Influence on a Company's Transportation Cost. *Revista de Administração, Sociedade e Inovação*, 5 (3), 5-17.
- Araújo, R. A. M., & Leite Filho, P. A. M. (2018). Reflexo do Nível de Agressividade tributária sobre a Rentabilidade de Empresas Listadas na B3 e Nyse. *Revista Universo Contábil*, 14(4), 115-136.
- Avelar, E. A., Santos, T. de S., Ribeiro, L. M. de p., & De Oliveira, C. C. (2012). Pesquisa em contabilidade: uma análise dos estudos empíricos publicados em periódicos nacionais entre 2000 e 2009. *Revista Universo Contábil*, 8(3), 6-23.

- Batista, B. C., Oliveira, M. O. F. de, Dornellas, V. de A., Carvalho, V. R. T. de, & D'Andréa, R. (2018). Perfil metodológico dos incentivos fiscais aplicados em políticas públicas: uma análise do cenário de 2006 a 2016. *Revista Produção Online*, 18(4), 1301-1321.
- Blouin, J. (2014). Defining and measuring tax planning aggressiveness. *National Tax Journal*, 67(4), 875-899.
- Booth, A., Papaioannou, D., & Sutton, A. (2016). *Systematic Approaches to a Successful Literature Review*. Sage Publications, Second Edition. https://www.researchgate.net/publication/235930866_Systematic_Approaches_to_a_Successful_Literature_Review.
- Costa Neto, J. A., Lins, T. S. M., Silva Júnior, F. J., & Camara, R. P. B. (2022). Subvenções governamentais e gerenciamento de resultados: uma análise nas empresas componentes do IBRX100. *Revista Mineira de Contabilidade*, 23(2), 7-18.
- Diniz, M. P. P., & Martins, V. G. (2022). A relação do perfil tributário das empresas com a geração de valor adicionado e a sua distribuição aos agentes. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, 10(3), 5-23.
- Edwards, A., Schwab, C., & Shevlin, T. (2016). Financial Constraints and Cash Tax Savings. *The Accounting Review*, 91(3), 859-881.
- Gassen, C., Ludwig, M. E., & Michels, A. (2019). Relação entre Carga Tributária e Valor Adicionado. Reunir: *Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade*, 9(2), 39-48.
- Gomes, R. A., Machado, L. de S., & Souza, E. S. de. (2022). Pesquisas tributárias divulgadas em periódicos de administração, ciências contábeis e economia: um estudo bibliométrico. *Revista Contabilometria - Brazilian Journal of Quantitative Methods Applied to Accounting*, Monte Carmelo, 9(2), 84-104.
- Kitchenham, B. (2004). Procedures for performing systematic reviews. Keele, UK, Keele University, 33(2.004), 1-26.
- Lee, E., Walker, M., & Zeng, C. (2014). Do Chinese government subsidies affect firm value? *Accounting, Organizations and Society*, 39(3), 149-169.
- Lim, C. Y., Wang, J., & Zeng, C. C. (2018). China's "Mercantilist" Government Subsidies, the Cost of Debt and Firm Performance. *Journal of Banking & Finance*, 86, 37-52.
- Loureiro, D. Q., Gallon, A. V., & Luca, M. M. M. (2011). Subvenções e Assistências Governamentais (SAG): evidência e rentabilidade das maiores empresas brasileiras. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 5(13), 34-54.
- Martinez, A. L. (2017). Agressividade Tributária: Um Survey da Literatura. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 11(Ed. Especial), 106-124.
- Melo, L. Q. de, Moraes, G. S. de C., Souza, R. M. de, & Nascimento, E. M. (2020). A responsabilidade social corporativa afeta a agressividade tributária das firmas?

- Evidências do mercado acionário brasileiro. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 19, e3019.
- Moraes, G. S. C., Nascimento, E. M., Soares, S. V. N., & Primola, B. F. L. (2021). Agressividade fiscal e evidenciação tributária: Um estudo nas companhias brasileiras de capital aberto. *Contextus – Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, 19(13), 197-216.
- Naves, A. I. (2016). Subvenções para Investimento: Tratamento Fiscal após a Edição da Lei 12.973/2014. *Revista Direito Tributário Atual*, (36), 11-26.
- Nunes Filho, F. J. R., Correia, J. J. A., & Amurim, A. D. de. (2022). Blockchain na contabilidade: Bibliometria e revisão dos estudos publicados entre 2010 e 2020. *Perspectivas Contemporâneas*, 17(1), 1-20.
- Oreshkova, Hristina. (2020). Government grants and government assistance: recognition, assessment and disclosure. Approaches to the presentation in the financial statements of general purpose under the international financial reporting standards. *KNOWLEDGE - International Journal*, 40(1), 85-95.
- Rezende, A. J., Dalmácio, F. Z., & Rathke, A. A. T. (2018). Avaliação do Impacto dos Incentivos Fiscais sobre os Retornos e as Políticas de Investimento e Financiamento das Empresas. *Revista Universo Contábil*, 14(4), 28-49.
- Santos, P. K. & Morosini, M. C. (2021). O revisitar da metodologia do estado do conhecimento para além de uma revisão bibliográfica. *Revista Panorâmica Online*, 33. <https://periodicoscientificos.ufmt.br/revistapanoramica/index.php/revistapanoramica/article/view/1318>.
- Silva, B. S., Carvalho, O. A., & Pinheiro, L. E. T. (2020). Efeito dos incentivos fiscais na geração e distribuição de riqueza das companhias de capital aberto brasileiras. *Revista de Contabilidade e Controladoria*, 12(1), 63-83.
- Silva, R. B., & Portulhak, H. (2021). Gestão tributária a partir do framework de Scholes e Wolfson: uma proposição para uma empresa de médio porte. *CAP Accounting and Management*, 15(1), 1-21.
- Snyder, H. (2019). Literature review as a research methodology: An overview and guidelines. *Journal of Business Research*, 104, 333-339.
- Souza, J. L., Parente, P. H. N., Farias, I. F., & Forte, H. C. (2018). Subvenção e Assistência Governamental em Empresas Brasileiras com Fomento à Inovação da Finep. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 17(51), 108-122.
- Stadler, C., & Nobes, C. W. (2018). Accounting for government grants: Standard-setting and accounting choice. *Journal of Accounting and Public Policy*, 37(2), 113-129.
- Tranfield, D., Denyer, D., & Smart, P. (2003). Towards a methodology for developing evidence-informed management knowledge by means of systematic review. *British Journal of Management*, 14, 207-222.
- Valadão, M. A. P., Teodorovicz, J., Meira, L. A., & Tabak, B. M. (2023). Incentivos fiscais e inovações tecnológicas no Brasil: uma análise bibliográfica e normativa. *P2P e Inovação*, 10(1), 27-59.

Vargas, L. A., Menegon, R., Mazzioni, S., & Magro, C. B. D. (2020). Influência da Idade e do Tempo de Mandato dos CEO em Opções Tributárias mais Agressivas. Reunir: *Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade*, 10(4), 116-127.